

O PAPEL DOS IMIGRANTES NO TRABALHO

Renata Maciel¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2020.v12i2.13159>

Palavras-chave

Globalização
Migração
Trabalho

Keywords

Globalization
Migration
Workplace

Palabras clave

Globalización
Migración
Trabajo

RESUMO

O artigo destina-se a analisar globalização e sua relação com a migração, a fim de estabelecer uma análise acerca das formas pelas quais o trabalho se apresenta para os imigrantes. Para tanto, questiona-se: qual é o papel que os imigrantes ocupam nas relações de trabalho globalizadas? A hipótese levantada é de que os imigrantes ocupam os cargos mais precários da cadeia produtiva e que são uma categoria revestida de provisoriamente. A pesquisa tem natureza teórica e os dados gerados são analisados qualitativamente, por documentação indireta, bibliográfica e documental, com a utilização de métodos procedimentais histórico e comparativo. O texto divide-se em dois pontos, tratando inicialmente da relação entre migração e globalização. Na sequência, analisa especificamente como se desenvolvem as relações de trabalho dos imigrantes. Conclui-se que os imigrantes são especialmente atingidos pela reprodução ampliada do capital, uma vez que a mão de obra imigrante traz consigo a ideia de que somente deve apresentar vantagens ao capital, além, ainda, da característica de provisoriamente, uma vez que o trabalho é inerente a categoria imigrante.

ABSTRACT

THE ROLE OF IMMIGRANTS IN THE WORPLACE

The article aims to analyze globalization and its relationship with migration, in order to establish an analysis of the ways in which work presents itself to immigrants. Therefore, the question is: what is the role that immigrants play in globalized labor relations? The hypothesis is that immigrants occupy the most precarious positions in the production chain and that they are a category with provisionality. The research is theoretical in nature and the data generated are qualitatively analyzed by indirect, bibliographic and documentary documentation, using historical and comparative procedural methods. The text is divided into two points, initially dealing with the relationship between migration and globalization. It then looks specifically at how immigrant labor relations develop. It is concluded that immigrants are especially hard hit by the expanded reproduction of capital, since the immigrant workforce brings with it the idea that it should only present advantages to capital, besides the characteristic of provisionality, since labor inherent in the immigrant category.

RESUMEN

EL PAPEL DE LOS INMIGRANTES EN EL TRABAJO

El artículo tiene como objetivo analizar la globalización y su relación con la migración, a fin de establecer un análisis de las formas en que el trabajo se presenta a los inmigrantes. Por lo tanto, la pregunta es: ¿cuál es el papel que juegan los inmigrantes en las relaciones laborales globalizadas? La hipótesis es que los inmigrantes ocupan los puestos más precarios en la cadena de producción y que son una categoría con provisionalidad. La investigación es de naturaleza teórica y los datos generados se analizan cualitativamente mediante documentación indirecta, bibliográfica y documental, utilizando métodos de procedimiento históricos y comparativos. El texto se divide en dos puntos, que inicialmente tratan la relación entre migración y globalización. Luego analiza específicamente cómo se desarrollan las relaciones laborales de los inmigrantes. Se concluye que los inmigrantes son especialmente afectados por la reproducción ampliada del capital, ya que la fuerza laboral inmigrante trae consigo la idea de que solo debe presentar ventajas al capital, además de la característica de provisionalidad, ya que la mano de obra inherente a la categoría de inmigrante.

¹Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2255-5536>. E-mail: advogada.rmaciell@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por temática analisar a globalização e sua relação com a migração contemporânea a fim de estabelecer uma análise acerca das formas pelas quais o trabalho se apresenta para os imigrantes, uma vez que, a partir do regime de acumulação flexível, as relações de trabalho são alteradas e tornam-se mais precarizadas. Tais alterações atingem os trabalhadores em geral e, de forma mais profunda, os trabalhadores imigrantes, que são especialmente atingidos pela reprodução ampliada do capital.

Nesse sentido, a pesquisa tem por objetivo esclarecer qual é o papel que os imigrantes ocupam nas relações de trabalho atuais. Como hipótese, tem-se que os imigrantes ocupam os cargos mais precários da cadeia produtiva e que são uma categoria revestida de um caráter de provisoriabilidade. A pesquisa tem natureza teórica e os dados gerados são analisados qualitativamente, por documentação indireta, bibliográfica e documental, com a utilização de métodos procedimentais histórico e comparativo.

Para o desenvolvimento da temática, o artigo foi subdividido em duas seções, sendo que a primeira seção se pauta na reflexão sobre migração, ao apresentar o desenvolvimento do conceito de migração, bem como de suas terminologias mais utilizadas. Busca compreender, ainda, as motivações dos movimentos migratórios, de forma ampla e geral, bem como tais processos enquanto constitutivos da dinâmica social mundial, para, em seguida, ocupar-se de caracterizar a migração no contexto da globalização, como sendo um processo universal e global, que se realiza em todos os lugares simultaneamente, decorre da expansão do capitalismo e que contribui para uma reprodução ampliada do capital.

Por fim, a partir da discussão e da análise de que o trabalho é inerente aos processos migratórios, a segunda seção busca estabelecer qual é o papel que os imigrantes ocupam nas relações de trabalho globalizadas. Para tanto, a partir da análise apresentada por Sayad (1998), acerca da imigração senegalesa na França, o artigo apresenta o detalhamento de que a força produtiva dos imigrantes somente tem sentido dentro do sistema capitalista quando a balança que envolve custos e lucro apresenta um resultado positivo, ou seja, apresente somente vantagens ao capital.

A MIGRAÇÃO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

A migração corresponde a um intercruzamento de todas as ciências sociais, uma vez que abrange o encontro de disciplinas como história, geografia, demografia, sociologia, economia, direito, psicologia, antropologia, ciências sociais, isto porquê, o migrar compreende além do processo humano de deslocamento entre diferentes lugares, também um processo social, econômico, político e cultural.

Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; nisto, encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o espaço, ou seja, *grosso modo*, a demografia e a geografia, e principalmente porque esta, ao tratar da ocupação dos territórios e da distribuição da população, inclina-se a anexar aquela – não é por nada que a demografia é uma questão, em parte, dos geógrafos e, em parte, dos historiadores. Mas o espaço dos deslocamentos não é somente um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente [...], etc. Cada uma dessas especificações e cada uma das variações dessas mesmas especificações podem ser objeto de uma ciência particular. (SAYAD, 1998, p. 15).

Inicialmente, é importante compreender as terminologias relacionadas ao termo migração, uma vez que este contempla várias possibilidades relacionadas ao deslocamento humano. Nesse sentido, o termo apresenta tamanha complexidade que segundo a Organização das Nações Unidas (2017), não existe uma definição em nível internacional para o termo migrante. A migração, em sentido amplo, corresponde a mobilidade territorial da sociedade, diz respeito àqueles que buscam fixar residência em local diverso daquele que antes se estabeleciam, podendo ser dentro do país de origem (migração interna) ou em países diversos ao de sua origem (migração internacional). Inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos. No mesmo sentido, Giralda Seyferth (2008, p. 3), ao estabelecer um conceito do imigrante refere que o “imigrante, num sentido mais geral, é aquele que se desloca para outro país e ali permanece, e a imigração tem sido qualificada justamente pela entrada de indivíduos ou grupos num país estrangeiro com intenção de ali restabelecer sua residência”.

Já a migração, em sentido estrito, “é comumente compreendida implicando um processo voluntário; por exemplo, alguém que cruza uma fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas” (ONU, 2017). Importante se faz, ainda, destacar a diferenciação entre os termos migrante (em sentido estrito) e refugiado, visto que a situação do refugiado está ligada à necessidade de saída do país de origem fundada em conflitos armados ou perseguições políticas, conforme definição da ONU “Refugiados são pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de ‘proteção internacional’” (ONU, 2017).

Todo processo de migração inclui, como a ele inerente, os processos de emigração e imigração, que são, respectivamente, a saída de um lugar e a chegada em outro lugar (BRZOZOWSKI, 2012) que pode ter caráter temporário ou definitivo. Ou seja, todo migrante sempre será emigrante e imigrante ao mesmo tempo; emigrante na análise de que deixou seu país de origem, e imigrante pois adentrou em um outro Estado que não o de sua própria nacionalidade.

Sobre a decisão de emigrar, esta é geralmente difícil em vários aspectos, visto que implica riscos e medos que vão desde a adaptação aquele ambiente social diverso ao local de origem do migrante até as dúvidas quanto a reinserção no mercado de trabalho, mesmo porque, tal decisão envolve investimentos, tanto pessoal, quanto financeiro, e também psicológico. A migração, quando voluntária, envolve planejamento. Nesse sentido, Carneiro (2017, p. 342-343):

O emigrante necessita de recursos financeiros suficientes para a viagem, instalação no país de destino e para suas despesas cotidianas até a inserção no mercado de trabalho. Isso implica em um investimento no seu projeto migratório, em uma poupança feita antes da saída do seu país de origem para se instalar em outro. A livre decisão de emigrar e o seu planejamento mais demorado são elementos que diferenciam o imigrante, propriamente dito, do refugiado [...]. No entanto, precisamos considerar que, com muita frequência, por trás de uma decisão supostamente livre de emigrar, temos, de fato, uma situação de insustentável precariedade econômico-produtiva, o que pode motivar uma massiva fuga da miséria, e isso também implica em luta pela sobrevivência.

Assim, as motivações dos migrantes na tomada de decisão de emigrar que se estabelecem como condições de convencimento no processo migratório são, a própria necessidade decorrente da situação de insustentável precariedade em se manter no país de origem, também o caráter de provisoriedade concedido ao imigrante, tanto para quem migra, quanto para o Estado que recebe este migrante. Nesse sentido:

Só se aceita abandonar o universo familiar (universo social, econômico, político, cultural ou moral, quando não mental etc.), ao qual se pertence “naturalmente” ou do qual se é “natural” [...], com a condição de se convencer de que isso não passa de uma provação, passageira por definição, uma provação que comporta em si mesma sua própria resolução. Correlativamente, só se aceita que haja imigração e que haja imigrantes, ou seja, só se aceita entrar num universo do qual não se é “natural” naturalmente com as reservas das mesmas condições (SAYAD, 1998, p. 58).

Percebe-se que, seja travestida sobre a ideia de voluntariedade, seja por total necessidade, a migração sempre carrega em si o caráter de provisoriedade. Salvo as migrações que decorrem de momentos históricos muito específicos, como as migrações de povoamento ou em períodos pós-guerra, a condição jurídico-legal e também psíquica do migrante sempre é de provisoriedade, e que encontra o mesmo respaldo na - e enquanto existir - a necessidade pelo Estado no qual se imigra.

Destaca-se que fenômeno na migração sempre esteve existiu na história da civilização, sendo a mobilidade humana um processo presente desde os primórdios nas características da sociedade e vida humana. Ou seja, as pessoas sempre se deslocaram de um local para outro, pelas mais diversas razões.

[...] falar da imigração é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica [...], e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento; mas com a condição de não tomarmos deliberadamente o partido de mutilar esse objeto de uma de duas partes integrantes, a parte relativa à

emigração. De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território: o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa (SAYAD, 1998, p. 16).

Ao analisar a história das migrações no início da modernidade, Bauman (2005) assegura que em tempos passados, as trajetórias se davam de áreas mais desenvolvidas do planeta para as menos desenvolvidas:

Desde o princípio, a era moderna foi uma época de grandes migrações. Massas populacionais até agora não calculadas, e talvez incalculáveis, moveram-se pelo planeta, deixando seus países nativos, que não ofereciam condições de sobrevivência, por terras estrangeiras que lhes prometiam melhor sorte. As trajetórias populares e prevalentes mudaram com o tempo, dependendo das pressões dos “pontos quentes” da modernização, mas, no todo, os imigrantes vagaram das partes “mais desenvolvidas” (mais intensamente modernizantes) do planeta para as “subdesenvolvidas” (ainda não atiradas para fora da balança socioeconômica sob o impacto da modernização). (BAUMAN, 2005, p. 50).

Nesse período, os migrantes eram aqueles que, em seus países de origem, não conseguiam manter um emprego que os compensasse economicamente ou os que não herdaram qualquer status social. Assim, em posse de superioridade tecnológica e militar (decorrentes de seus países de origem) deslocavam-se para países menos desenvolvidos, que não haviam passado por processos modernizantes (BAUMAN, 2005).

Desse modo, colonizaram tais áreas “vazias”, até torná-las vazias, porém, literalmente, dos nativos que as ocupavam. Conforme preceitua Bauman (2005, p. 51) “cerca de 30 a 50 milhões de nativos de terras ‘pré-modernas’, cerca de 80% de sua população total, foram aniquilados entre a chegada e estabelecimento dos primeiros soldados e comerciantes europeus e o início do século XX”.

Assim, a migração, até o século XX, caracterizou-se pela aniquilação dos nativos que ocupavam as terras, seja por meio das doenças que atingiram esses povos, seja pela ausência de recursos dos nativos para adaptarem-se às novas condições sociais impostas por esses que chegavam, impondo sua própria organização socioeconômica e cultural como modelo a ser seguido. Isso ocorreu em várias áreas do globo terrestre, incluindo o Brasil.

No entanto, com a globalização, as características da migração foram alteradas. Ou seja,

As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, e a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista. (PATARRA, 2006)

Nesse sentido, destaca-se que a migração enquanto um processo universal e global, que se realiza em todos os lugares simultaneamente, decorre da expansão do capitalismo pelo mundo que, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, passa pelo processo de internacionalização do capital conhecido como globalização.

Giovanni Alves (2001, p. 01) estabelece que:

Na perspectiva de Octávio Ianni, a globalização pode ser compreendida como uma nova condição e possibilidade de reprodução do capital surgida principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando começaram a predominar os movimentos e as formas de reprodução do capital em escalas internacionais. A princípio, por capital se entende um signo do capitalismo, o emblema dos grupos e classes dominantes em escala nacional, regional e mundial. Isto é, o capital de que se fala aqui é uma categoria social complexa, baseada na produção de mercadoria e lucro, ou mais-valia, o que supõe todo o tempo a compra da força de trabalho; e sempre envolvendo instituições, padrões sócio-culturais de vários tipos, em especial os jurídico políticos que constituem as relações de produção.

Deste modo, na medida em que a globalização contribui para a reprodução do capital a nível mundial, em decorrência da concentração e centralização, produção e reprodução do desenvolvimento desigual e combinado, os processos de trabalho se alteram. Ao analisar a globalização sob a ótica da teoria marxista, Octavio Ianni (2001, p. 179), estabelece que - a globalização - “provoca necessariamente a reiteração de algo estruturalmente semelhante à acumulação originária, como uma espécie de ‘revolução’ que periodicamente

transforma ou moderniza as mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho e da produção”.

Isto porquê, a própria lógica do capitalismo, sobre a reprodução ampliada do capital, que se estabelece a partir da expansão das forças produtivas – possível a partir da globalização – corrobora para o entendimento de que o capitalismo possuía, desde os primórdios, tendências mundiais, possíveis de influenciar de forma decisiva, em maior ou menor escala, todas as formas de organização do trabalho e da vida social (IANNI, 2001).

Ou seja, a partir da globalização, ocorre uma reestruturação de toda a dinâmica de organização política, econômica e social mundial, que passa, sob certo aspecto, a ser entendida como um todo conjunto.

Tudo se desterritorializa. Coisas, gentes e idéias, assim como palavras, gestos, sons e imagens, tudo se desloca pelo espaço, atravessa a duração, revelando-se flutuante, itinerante, volante. Desenraízam-se dos lugares, esquecem os pretéritos, presentificam-se nos quatro cantos do mundo. A sociedade global transforma-se em um vasto mercado de coisas, gentes e idéias, bem como de realizações, possibilidades e ilusões, compreendendo também homogeneidades e diversidades, obsolescências e novidades (IANNI, 2001, p. 211).

No entanto, todas essas alterações não se desenvolvem de modo tranquilo, visto que, por um lado ocorre uma homogeneização, equalização e integração, por outro, ocorrem vários tipos de fragmentações, rupturas e contradições. Nesse sentido, Hall (2006, p. 78) destaca que a globalização, “é muito desigualmente distribuída ao redor do globo, entre regiões e entre diferentes estratos da população dentro das regiões”, enquanto que Martine, em uma análise que considera globalização como parcial e inacabada, sob a justificativa da necessidade de incrementar os aspectos positivos da migração internacional para que esta se complete, a define como parcial e inacabada:

[...] a globalização é parcial e inacabada, e isso afeta as migrações de várias maneiras. O dinamismo e a força principal da globalização residem na integração econômica, forjada, imposta e gerenciada pelas regras do liberalismo. Essas regras, porém, são seguidas seletivamente pelos próprios países que as promovem. O resultado é que a globalização apresenta dificuldades e morosidades no cumprimento de suas promessas. Muitos países crescem pouco ou nada e, enquanto isso, as disparidades entre ricos e pobres aumentam. Tais desigualdades contribuem para aumentar o desejo, e até mesmo a necessidade, de migrar para outros países. (MARTINE, 2005, p. 3).

Como consequência da desigualdade, especialmente social e econômica, acontecem em nível local, nacional e mundial, cada vez mais, desencontros que se relacionam aos processos e estruturas, tanto sociais, quanto econômicos, políticos e culturais.

A partir deste momento, “o capital perdia parcialmente sua característica nacional [...], e adquiria uma conotação internacional” (IANNI, 2001, p. 56), com isso, a força produtiva também se internacionaliza. Se, antes, o processo migratório ocorria somente das áreas mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas, a partir da globalização, o processo se altera, invertendo-se. Isto porque, a partir da globalização, é possível estabelecer, dentre outras consequências, a alteração da forma como se realizavam as relações de trabalho. Nesse sentido, Ianni (2001, p. 76) estabelece que:

A rigor, a sociedade mundial pode ser vista como um sistema social complexo, no âmbito do qual encontram-se outros sistemas mais ou menos simples e complexos, tanto autônomos e relativamente autônomos como subordinados, ou subsistemas. No âmbito da sociedade mundial, logo se destacam o sistema econômico e o político, mas também outros podem tornar-se relevantes, em termos da organização e dinâmica da mundialização. Tomado como um sistema de alta complexidade, a sociedade mundial pode ser vista como um produto da diferenciação crescente decorrente da evolução dos sistemas que a antecedem e compõem (IANNI, 2001, p. 76).

Assim, dentro deste sistema social complexo ocorrem as alterações das forças produtivas, conferindo novos significados às formas do capital em geral.

A medida que se liberam e agilizam as forças produtivas, juntamente com as relações de produção demarcando as condições de liberdade e da igualdade dos proprietários de capital e força de trabalho, organizados em forma contratual, intensifica-se e generaliza-se a reprodução ampliada do capital. (IANNI, 2001, p. 173-174)

Assim, entende-se que é de suma importância se estabelecer a relação entre a migração e o papel que os imigrantes ocupam nas relações de trabalho dentro de um contexto de globalização.

O PAPEL DOS IMIGRANTES NA RELAÇÃO DE TRABALHO

A partir da discussão e da análise de que o trabalho é inerente aos processos migratórios, busca-se estabelecer qual é o papel que os imigrantes ocupam nas relações de trabalho globalizadas, visto que “a mesma racionalização que prioriza o tempo, o ritmo, a velocidade e a produtividade produz a subordinação do indivíduo à máquina, ao sistema, às estruturas de dominação e apropriação prevalentes, promovendo sua alienação” (IANNI, 2001, p. 232). Nesse sentido, a necessária alienação do trabalhador, que se condiciona à relação de trabalho específica aparece de forma mais acentuada quando se trata do imigrante. Pois, como a possibilidade de permanência do imigrante no Estado para o qual imigrou se justifica pelo trabalho, este aparece como elemento essencial de manutenção da relação de imigração.

Ao relacionar migração e trabalho, Sayad (1998) estabelece que o imigrante é essencialmente uma força de trabalho. Refere que déficits demográficos como aqueles decorrentes de baixa taxa de natalidade ou de períodos de guerra, que fizeram com que a necessidade de homens na economia fosse aumentada, ou, decorrentes da expansão da economia em determinados períodos, com o conseqüente aumento dos postos de trabalho, especialmente aqueles que exigem trabalhadores subqualificados ou com ausência total de qualificação, para o exercício de tarefas desagradáveis ou socialmente desvalorizadas, explicam algumas das causas da imigração. Isto porquê, “imigração e imigrantes só têm sentido e razão de ser se o quadro duplo erigido com o fim de contabilizar os “custos” e os “lucros” apresentam um saldo positivo – idealmente, a imigração deveria comportar apenas “vantagens” e, no limite, nenhum “custo”” (SAYAD, 1998, p. 50).

Ademais, esta posição específica que é ocupada pelos imigrantes nas relações de trabalho, sem oportunidades de crescimento ou melhora, apresenta relação com a própria vulnerabilidade endêmica, bem como com a fragilidade do bem-estar arduamente conquistado pelos nacionais. Ou seja, a sociedade subjuga os imigrantes às ocupações dos papéis mais precários da cadeia produtiva pelo temor de os próprios nacionais perderem seus benefícios ou postos de trabalho (BAUMAN, 2016). Nesse sentido, ao analisar o movimento migratório senegalês para a França, explica que:

Ser francês (ou francesa) é uma característica (a única viável?) que situa seus compatriotas na mesma categoria das pessoas boas, nobres, imaculadas, e poderosas situadas no topo, simultaneamente situando-os acima de estrangeiros também miseráveis, os sem pátria recém-chegados. Os imigrantes representam aquele fundo desejado que se situa mais abaixo ainda – abaixo do fundo a que os *miserables* nativos foram destinados e relegados; um fundo que pode tornar a sorte de uma pessoa um pouco menos que totalmente humilhante, insustentável e intolerável. Aos migrantes se deve dizer que estão vivendo e sendo mantidos para que os franceses e francesas se sintam pelo menos *chez soi*, para o bem ou para o mal (BAUMAN, 2016).

Em sentido semelhante, ao analisar o capitalismo moderno e a hierarquia da divisão do trabalho entre os países ricos e pobres, Ulrich Beck (2010), destaca o papel dos imigrantes, especialmente os que ingressam ilegalmente, considerados pelo autor como “sem papéis”, que correspondem dentro do sistema produtivo as “personas que, [...], hacen trabajos que en general nadie quiere asumir en estos países: trabajos de limpieza de todo tipo, de asistencia a ancianos y de cuidado de niños en los hogares de la pujante clase media mundial”. Ou seja, o imigrante existe meramente como força de trabalho e, ainda, para o exercício de tarefas específicas que compreendem os trabalhos mais precarizados existentes. Tal condição é ainda mais precária se este imigrante for ilegal, visto que estará, ainda mais, suscetível à exploração, pois:

La *ilegalidad* provoca que estos ciudadanos nómadas sean objeto de chantaje y de explotación. No tienen

ningún tipo de derecho, pero sus actividades y prestaciones son funcionalmente indispensables, por supuesto para la propia supervivencia y la de sus familiares que viven al otro lado de la frontera, pero también, ante todo, para la supervivencia de las sociedades del bienestar occidentales y de los países emergentes (BECK, 2010).

Ianni (2001) estabelece que tal característica é típica da reprodução ampliada do capital, uma vez que esta compreende a economia mundial como um todo e desenvolve-se a partir das distintas formas de organização de trabalho e produção.

Ainda que o capital não possa nunca atuar de maneira independente e, além disso, dependa em essência da capacidade da força de trabalho produzir valor, é inegável que pode determinar as direções e os ritmos da reprodução ampliada. Para que se realize a reprodução ampliada do capital, compreendendo setores econômicos, economias nacionais, economias internacionais e a economia mundial como um todo, o capital desenvolve-se, desdobra-se e articula-se em distintas formas de organização do trabalho e da produção. Adquire configurações singulares, particulares e gerais, reciprocamente referidas e determinadas, mas cada vez mais sob a influência do capital em geral, simultaneamente abstrato e real. No âmbito da economia global, desenvolve-se ainda mais a forma geral do capital, uma espécie de síntese e matriz do singular e do particular, todos reciprocamente referidos, mas determinados pelo geral (IANNI, 2001, p. 176)

Desse modo, a expansão econômica decorrente da globalização foi uma grande consumidora da imigração e, enquanto necessitava da mão-de-obra imigrante de forma permanente e numerosa, criou a ilusão da imigração como um processo necessário e indispensável econômico e politicamente, a partir do qual todos passaram a acreditar que os imigrantes tinham um lugar duradouro (SAYAD, 1998). Ou seja, enquanto necessários em decorrência da expansão econômica, os imigrantes eram reconhecidos por sua utilidade social e econômica, que advinham dos elementos decorrentes da relação de trabalho específica, quais sejam, quantidade e precariedade. Tais características reforçam que esta relação de trabalho sempre apresentou características muito bem delineadas, visto que os imigrantes são um grupo sempre marginalizado e à margem da hierarquia social.

A fim de caracterizar a ilusão que foi criada em todo o coletivo social a respeito da imigração, destaca, em uma análise da imigração senegalesa para a França, Sayad (1998, p. 46-47), destaca que:

Com efeito, emanando de todos os horizontes políticos e sociais (o patronato em primeiro lugar, os homens no poder, mas também, e por razões certamente diferentes daquelas dos principais beneficiários da imigração, os partidos políticos e os sindicatos de esquerda), só se viam então – e isso durante décadas – proclamações e declarações que, todas, desejavam ser tranquilizadoras; fossem quais fossem os sentimentos que se pudesse alimentar e as opiniões que se pudesse ter em relação aos imigrantes, não se parava de afirmar que eles eram necessários, quando não indispensáveis para a demografia francesa.

A partir de tal situação, seja pelo reconhecimento de sua utilidade econômica e social, decorrentes das vantagens que ofereciam para o capital, seja pelo reconhecimento do direito de continuar como imigrante, seja até mesmo ao ser taxados como parasitas, criou-se no imaginário dos imigrantes a sensação de que tinham um lugar permanente, ainda que à margem e na parte inferior da sociedade nacional, mas um lugar duradouro (SAYAD, 1998).

Em geral, o que ocorre na prática é que, quanto mais recente a imigração mais vantajosa, no sentido do capital, é a mão-de-obra que ela traz. No entanto, conforme a imigração torna-se permanente “produz-se, entre os imigrantes, uma inevitável reconversão de suas atitudes em relação a si mesmos, em relação a seu país e em relação à sociedade na qual eles vivem cada vez mais por mais tempo e de forma mais contínua e, principalmente, frente às condições de trabalho que essa sociedade lhes impõe” (SAYAD, 1998, p. 65). Entende-se que o imigrante, ao permanecer em um novo país e sociedade, passa a querer ser aceito e a fazer parte dessa.

No entanto, quando os imigrantes passam a tomar por hábito reivindicar seus direitos a existência plena, e não mais se conformarem com os direitos parciais dos trabalhadores imigrantes, tal relação torna-se insustentável. Quando a imigração começa a apresentar indícios de permanência, passa a provocar a sensação de pânico generalizado por parte dos Estados que sustentam suas afirmações no “imperativo categórico da moral que

entra em confronto direto com o medo do ‘grande desconhecido’ simbolizado pelas massas de estranhos à nossa porta” (BAUMAN, 2016). Ou seja, os imigrantes são tolerados pelos nacionais apenas porque se encontram em uma situação de total exclusão do âmbito social e provisória de direito. Nesse sentido:

Como o imigrante deve continuar sendo sempre um imigrante – o que significa que a dimensão econômica da condição do imigrante é sempre o elemento que determina todos os outros aspectos do status do imigrante; um estrangeiro cuja estadia, totalmente subordinada ao trabalho, permanece provisória de direito (SAYAD, 1998, p. 63).

Percebe-se que o trabalho, conforme já estabelecido, é inerente ao processo migratório, uma vez que sem trabalho o imigrante não possui condições de fixar-se no novo território para o qual se deslocou. E mais, o imigrante é uma força de trabalho que nunca deixa de carregar como característica a provisoriamente.

Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração), na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento (SAYAD, 1998, p. 54)

Isto porque, os aspectos jurídicos-legais que garantem a permanência de um imigrante no Estado diferente de sua origem, para o qual se deslocou, sempre subordinam a sua estadia à relação de trabalho. Sayad (1998, p. 54), destaca que “foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser”. Sem o trabalho, a presença do imigrante não mais se justifica para o Estado de acolhida.

Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele (SAYAD, 1998, p. 55).

Ao considerar que o trabalho e, em geral o trabalho a ser desenvolvido por imigrantes, é o que justifica a permanência do mesmo, surge um paradoxo no momento em que desaparece o trabalho, ou seja, no momento em que o imigrante fica desempregado. O trabalho é a condição de permanência do imigrante e, conforme preceitua Sayad (1998, p. 54-55), a condição de desemprego do imigrante é praticamente impensável, visto que, “em primeiro lugar, mesmo que de um ponto de vista puramente intelectual, a dificuldade está, aqui, em conciliar objetos inconciliáveis: desempregado e imigrante ou, o que dá no mesmo, o não-trabalho com o que só se conhece e só existe pelo trabalho”.

Os imigrantes, sem o trabalho, são percebidos como pessoas que contribuem, tão somente, para o excedente populacional, uma vez que não possuem as qualificações que a sociedade de produtores entende como fundamentais para um emprego de qualidade. Nem ocupam os desejados postos de consumidores, visto serem, em sua maioria, pessoas carentes de condição financeira que lhes permita a inserção social como consumidores em potencial. Em decorrência dessas variáveis, tornam-se uma população indesejada aos olhos do capitalismo, uma espécie de refúgio humano (BAUMAN, 2005).

Outra justificativa, é a de que os imigrantes acabam contribuindo para o fenômeno da “superpopulação”, descrito como:

[...] um codinome para a aparição de um número de pessoas que, em vez de ajudarem a economia a funcionar com tranquilidade, tornam muito mais difícil a obtenção, para não falar na elevação, dos índices pelos quais se mede e avalia o funcionamento adequado. A quantidade desses indivíduos parece crescer de maneira incontrolável, aumentando continuamente as despesas, mas não os ganhos. Numa sociedade de produtores, essas são as pessoas cuja mão de obra não pode ser empregada com utilidade, já que todos os bens que a demanda atual e futura é capaz de absorver podem ser produzidos [...] sem que elas sejam mantidas em seus empregos. Numa sociedade de consumidores, elas são os “consumidores falhos” pessoas

carentes de dinheiro que lhes permitiria ampliar a capacidade do mercado consumidor, e que criam um novo tipo de demanda a que a indústria de consumo, orientada para o lucro, não pode responder nem “colonizar” de maneira produtiva. Os consumidores são os principais ativos da sociedade de consumo, enquanto que os consumidores falhos são os seus passivos mais irritantes e custosos (BAUMAN, 2005, p. 52 - 53).

Assim, os imigrantes podem passar por longos períodos históricos de aparente permanência no local de acolhida, No entanto,

[...] basta que as circunstâncias que se encontravam na origem da imigração (ou seja, as condições econômicas) mudem e, ao mudar, que imponham uma nova avaliação dos lucros que se pode tirar dos imigrantes, para que ressurgam naturalmente, contra a ilusão coletiva que permitia que a imigração se perpetuasse, a primeira definição do imigrante como trabalhador provisório e da imigração como estadia literalmente provisória (SAYAD, 1998, p. 48).

Assim, quando as condições econômicas e políticas garantem circunstâncias positivas aos nacionais, a imigração tende a ser tolerada. É possível destacar, dentre as circunstâncias, aquelas relacionadas a empregos de qualidade, bem como as relacionadas a confiança e a estabilidade da condição social que busca a proteção efetiva contra a degradação social, em geral garantidos pela Previdência Social dos Estados.

No entanto, basta que ocorram períodos de recessão, para que as condições que garantiam a permanência dos imigrantes se alterem. Em tais períodos, poucos são os políticos em exercício capazes de resistir ao quadro de ansiedade causada pelo ingresso de imigrantes que, conforme se justifica, além de caracterizarem-se como estranhos àquele país e cultura, podem empurrar para mais baixo ainda os salários dos trabalhadores nacionais e agravar, ainda mais, a situação de desemprego e subemprego (BAUMAN, 2016, l. 174). Em decorrência de tais circunstâncias, o ingresso e permanência dos imigrantes tornam-se indesejados em grande parte dos Estados ao redor do globo terrestre.

Na prática o que acontece é que, ao ocorrerem alterações econômicas e ou políticas, os direitos pelos imigrantes conquistados podem ser revisados. Assim, a sensação de medo e insegurança dos nacionais, contribui para o que se reconhece como securitização, instrumento que contribui, constantemente, para que alguns Estados, diminuam ou retirem - os poucos - direitos concedidos aos imigrantes por alguns Estados (BAUMAN, 2016). Nesse sentido:

O sentido generalizado a insegurança existencial é um fato categórico, uma genuína desgraça de nossa sociedade, que se orgulha, pela boca de seus líderes políticos, da progressiva desregulamentação dos mercados de trabalho e da flexibilização da mão-de-obra, e assim, por conseguinte, reconhecida por propagar a crescente fragilidade das posições sociais e instabilidade das identidades socialmente reconhecidas - e pela expansão incontrolável das fileiras do precariado. (BAUMAN, 2016).

Em suma, a imigração configura uma eterna contradição entre “um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, [...] um estado mais duradouro que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade” (SAYAD, 1998, p. 45), visto que do aspecto do direito ela seria fenômeno provisório, enquanto que nos fatos ela costuma se dar de forma permanente. Esta contradição da imigração, encontra total ligação com a globalização do capitalismo, uma vez que:

Na medida em que se dá a globalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, desenvolve-se simultaneamente a sociedade global, uma espécie de sociedade civil global em que se constituem as condições e as possibilidades de contratos sociais, formas de cidadania e estruturas de poder de alcance global. Nessa mesma medida, desenvolvem-se as relações e os processos característicos da globalização, formam-se as estruturas do poder econômico e político também característicos da globalização (IANNI, 2001, p. 205)

Assim como a imigração apresenta dentre suas características a contradição, a globalização também compreende faces contraditórias, pois compreende tanto a integração quanto fragmentação, os nacionalismos

e regionalismos, o racismo e fundamentalismo, a geoeconomia e a geopolítica. A partir da globalização multiplicam-se todos os tipos de desencontros em nível local, nacional e mundial, os quais envolvem relações, processos e estruturas (sociais, econômicos, políticos e culturais) e, a partir de tais condições “as configurações e movimentos da sociedade global descortinam outras possibilidades da geografia e história, novas formas de espaço e tempo, às vezes límpidos e transparentes, outras vezes caleidoscópicos e labirínticos” (IANNI, 2001, p. 221), que atingem, sobremaneira, os imigrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo centrou-se na temática dos migrantes e de como se apresentam as características das relações de trabalho dessa categoria dentro do atual contexto da globalização. Ao longo da análise, a pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: qual é o papel que os imigrantes ocupam nas relações de trabalho globalizadas?

A partir da análise estabelecida ao longo das duas seções do artigo, é possível concluir que a migração sempre fez parte da história mundial, apresentando, ao longo dos diferentes tempos históricos, diferentes características. Percebe-se que o atual contexto de globalização foi responsável por um aumento nos fluxos migratórios, decorrentes da facilidade nas trocas de informações, mercadorias e pessoas pelo globo terrestre. No entanto, apesar da facilitação nas trocas de informações e mercadorias, as fronteiras, na maioria das vezes, se fecham para os imigrantes, isto porque, a globalização é muito desigualmente distribuída no globo terrestre. Assim, acontecem simultaneamente e cada vez mais desencontros, fragmentações, rupturas e contradições que se relacionam aos processos e estruturas sociais, econômicos, políticos e culturais, que contribuem para que ocorram alterações das forças produtivas, conferindo novos significados às formas do capital em geral.

Nesse sentido, os imigrantes são especialmente atingidos pela reprodução ampliada do capital, uma vez que a mão de obra imigrante traz consigo a ideia de que somente deve apresentar vantagens ao capital, além, ainda, da característica de provisoriedade, uma vez que tal categoria somente existe e se mantém em função do trabalho. Ou seja, o trabalho é condição de permanência do imigrante, que somente existe em função do vínculo que o trabalho lhe possibilita, uma vez que a permanência de um imigrante, em um país diverso ao de sua origem, somente é tolerada em decorrência de sua provisoriedade, isto porque, a condição de desemprego do imigrante é praticamente impensável.

Por fim, na prática ocorre que os imigrantes geralmente ocupam postos que não apresentam qualquer possibilidade de crescimento ou melhora, bem como se submetem aos trabalhos que não interessam a população nacional, ou seja, os imigrantes são contratados para o exercício de tarefas específicas que compreendem os trabalhos mais precarizados existentes, contribuindo para uma reprodução ampliada do capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização**. Londrina: Editora Práxis, 2001. Disponível em http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Marx_e_a_Globalizacao.pdf. Acesso em 15.abr.2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN. **Estranhos à nossa porta**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017. Versão digital.

BECK, Ulrich. **¿Qué hay detrás de los ‘sin papeles’?** In. El País. Disponível em <https://elpais.com/diario/2010/01/04/opinion/1262559611_850215.html>. Acesso em 13 ago. 2019.

BRZOWSKI, J. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 137-156, aug., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jul. 2019.

CARNEIRO, Cynthia Soares. Migrações Internacionais e precarização do trabalho: o contexto global, os acordos de residência do Mercosul e os imigrantes sul-americanos no Brasil. **Revista Argumenta**, n. 26, p. 337, 2017. Disponível em < <https://search.proquest.com/openview/732cfca3a10d462bb35075ffc595c1c1/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031966> >. Acesso em 15.mai.2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, sept., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ONU. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Qual a diferença entre ‘refugiados’ e ‘migrantes’?** Nações Unidas no Brasil, 2017. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/> >. Acesso em: 08 mai. 2019.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estud. av.**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, aug., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jul. 2018.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização**. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura, Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB, 1996.